

AC. EM CÂMARA

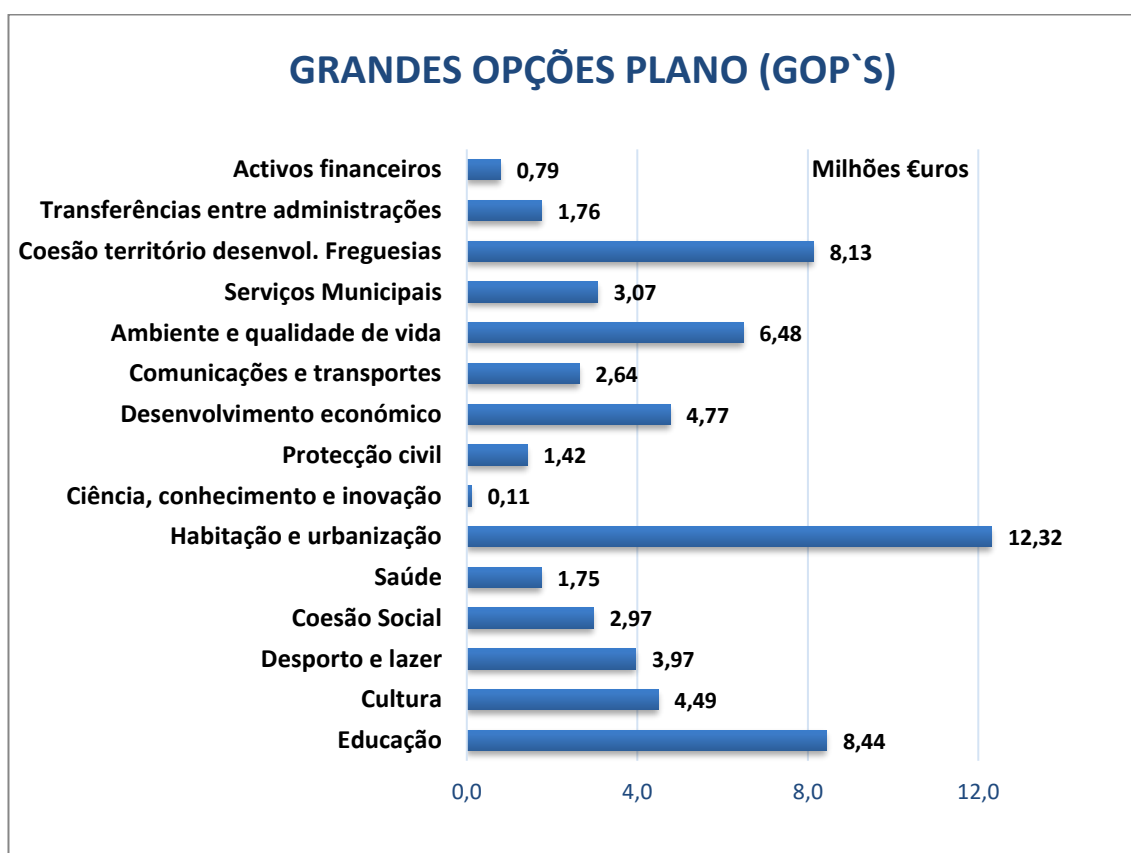
(06) PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA CMVC E SMVC – 2022:- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a informação que seguidamente se transcreve:-

“PROPOSTA – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2022 – Enquadramento - O concelho e o mundo enfrentam grandes desafios após 20 meses de realidade pandémica, que evidenciaram a nossa capacidade de cooperação, organização, intervenção e resposta, mas também e, em simultâneo, fizeram emergir aprendizagens e respostas para o nosso futuro coletivo. Nunca às políticas públicas e aos seus decisores foi imposta uma ação tão exigente, celeridade e assertividade nas opções estratégicas, orçamentais e na capacidade de decisão transversal em domínios, seja na economia, educação, cultura, saúde, coesão social e territorial e nas transições climática e digital. A desaceleração da economia, resultante dos sucessivos confinamentos, prejudicou significativamente as receitas diretas e indiretas do Município, sendo prudente esperar um cenário semelhante para o ano de 2022 - já consumado ao nível do IVA resultante da atividade turística nos anos de 2020/21 - que deve, numa assunção responsável, influenciar a estrutura orçamental do presente Plano de Atividades e Orçamento. Não menos relevante, é considerar-se a imobilidade provocada pela dissolução da Assembleia da República que impede a disponibilização de Orçamento de Estado e a ativação dos diversos instrumentos financeiros europeus (PT2020, PRR e PT2030), instrumentos fundamentais de desenvolvimento para o país e para o Município, prejudicando a dinâmica e respetiva capacidade de execução do Plano Municipal. Neste cenário, encontramos como fator positivo a capacidade que o Município mantém na captação de Fundos Comunitários (**tendo garantido até ao momento 40 M€ no PT2020**), estabelecendo-se como quadro de oportunidade o período de “Overbooking” do PT2020, o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) que **disponibilizará mais de 42 M€ até 2026** - com financiamento a 100% -, nos domínios da saúde e social, e cirurgicamente na rede rodoviária, habitação, centros de investigação e valorização do território, eficiência energética, transições climática e digital, e do PT2030, programando investimentos assentes em quatro objetivos macro/comuns que promovam um desenvolvimento: (i) mais inteligente através da inovação, digitalização, transformação económica e apoio às PME; (ii) mais Verde, descarbonizado, implementando o Acordo de Paris e investindo na transição energética, nas energias renováveis e combate às mudanças climáticas; (iii) mais conectado com redes e nas estratégias de transportes e digitais; (iv) mais Social, investindo no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiando a qualidade do emprego, a educação, as competências, a inclusão social e o acesso equitativo aos cuidados de saúde; e (v) mais próximo dos cidadãos, apoiando estratégias de desenvolvimento conduzidas a partir do local e o desenvolvimento urbano sustentável em toda a União Europeia. Cumulativamente, a nova realidade social, cada vez mais complexa, associada a uma sociedade cada dia mais heterogénea mas, ao mesmo tempo, seduzida a participar na gestão pública através do mundo digital e dos meios audiovisuais, obrigam-nos a assegurar e a garantir a capacidade para enfrentar a necessidade de promovermos reais

transformações no modo de governar, devendo implementar-se um modelo de proximidade, inclusivo e assente nos cidadãos e nos agentes do território. **Objetivos do Plano** - O contexto atual remete-nos para a necessidade de estabelecermos um conjunto de ações estruturais que alicerçarão as opções e subsequente execução do presente plano, bem como das estratégias assumidas nas nossas agendas: **“Agenda da Inovação 2030 e Agenda2030 para a Economia do Mar”**. 1. Os mecanismos de apoio aos cidadãos como fator de mitigação da Pandemia, a consolidação dos incentivos à economia e a garantia de políticas ativas de auxílio ao 3.º setor (IPSS’s) do concelho. Nesse sentido, serão desenvolvidos e implementados programas para a saúde, destacando-se a disponibilização do Centro de Vacinação (com custo suportados exclusivamente pelo Município), a cedência de testes gratuitos, a materialização do programa “Saúde Mais Próxima” em estreita cooperação e articulação com a entidade de saúde (ULSAM), e a consolidação do projeto **“Táxis Saúde”**, que tem garantido a deslocação gratuita de centenas de Vianenses ao Centro de Vacinação e a outras Unidades de Saúde. Para a economia serão disponibilizados um conjunto de incentivos e mecanismos de apoio transversais e estruturais para todos os setores de atividade, com particular destaque para o setor do Comércio, com a implementação do programa **“Reativa Comércio”**, com enfoque na valorização do comércio tradicional, a disponibilização de **“50 Lojas Âncora”** (com financiamento dos custos associados a rendas) e a implementação do **“Gabinete para a Revitalização de Lojas Comerciais”**, que terá como principal missão o acompanhamento do setor e consolidação do projeto **“Comércio Digital”** e da Plataforma Viana Market. 2. A evolução da execução dos vários programas de financiamento comunitário permite-nos perspetivar apoios significativos em tipologias como a ampliação das redes de infraestruturas básicas (abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos), rodoviárias (**Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira** e a **Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva** (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva), a requalificação da Escola Pintor José de Brito e requalificação da EB Areosa e EB Santa Maria de Geraz do Lima, a ampliação e requalificação da rede de equipamentos sociais, a construção das novas Unidades de Saúde Familiar da Meadela, Alvarães e Litoral Norte e, finalmente, a conclusão das intervenções na área urbana do concelho estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). 3. Para a execução do plano procurar-se-á um efetivo enquadramento dos projetos nos objetivos do PT2020, PRR e PT2030, nomeadamente: (i) Mobilidade Sustentável - consolidação das nossas eco e ciclovias que potenciem a adesão aos modos suaves e mobilidade ativa; (ii) Eficiência Energética - substituição progressiva dos equipamentos de iluminação pública e equipamentos/edifícios; (iii) Cultura - estabilização do Programa de Valorização do Património Construído e implementação do programa **“Embaixadores da Cultura Vianense”**; (iv) Infraestruturas/Ambiente - ampliação das redes de infraestruturas básicas (abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos); (v) Mais Inteligente - inovando, transformando e garantindo uma efetiva transição digital da administração, dos múltiplos agentes e do território; (vi) mais Verde - agindo para uma concreta descarbonização do concelho, cumprindo os objetivos da nossa Agenda 2030 para a Economia do Mar, alocando recursos

financeiros que garantam a transição energética, apostando na energia renovável como a verdadeira alavanca no combate às mudanças climáticas; (vii) mais conectado - com redes estratégicas de transportes para todo o território municipal e redes digitais com a disponibilização de uma rede 5G, tanto quanto mais ampla possível; (viii) mais Social - aprofundar todas as políticas municipais que promovam o apoio à qualidade do emprego, da educação, das competências, da inclusão social e do acesso equitativo aos cuidados de saúde; (ix) mais próxima dos cidadãos, apoiando estratégias de desenvolvimento conduzidas a partir do local e o desenvolvimento urbano sustentável para todo o concelho. 4. Para as candidaturas aos programas de financiamento comunitário P2020, PRR e PT2030, destacam-se as identificadas ou com forte probabilidade de financiamento como: a **Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva** (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva), a **Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira**, as novas **Áreas de Acolhimento Empresarial** de Alvarães Norte, Barroelas, Vila Fria, Castelo de Neiva, Cardielos e do Centro Logístico a Sul do rio Lima, o novo Terminal de Cruzeiros, as novas Unidades de Saúde Familiar da Meadela, Alvarães e Litoral Norte, Estratégia Local de Habitação, o **Centro Tecnológico Internacional de Energias Renováveis Oceânicas** e o **Centro de Incubação/Aceleração do Mar “VianaSeaBusinessCenter”**.

Grandes Opções do Plano



Educação, Ciência e Conhecimento - A **Educação** assume-se como um pilar fulcral para o desenvolvimento humano sustentável do concelho, da região e do país. Alinhado por este desiderato, e no âmbito das competências que lhe são conferidas, o Município continuará apostado em garantir as condições para o acesso à Educação de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da

vida para todos, apostando na promoção do sucesso escolar e no processo interinstitucional de combate ao insucesso e abandono escolar, em parceria com os agrupamentos escolares. Para o ano de 2022, temos como prioridade a **elaboração** de um **Projeto Educativo Municipal**, transversal a todo o território e níveis de ensino, que permita desenvolver uma estratégia educativa articulada entre vários domínios (e.g. ciência, cultura, desporto, ambiente, etc.) e simultaneamente, reforçar os impactos dos projetos de desenvolvimento curricular existentes. Pretendemos também revitalizar a **Rede Escolar de Ciência** e de **Apoio à Investigação Científica**, dinamizando o potencial dos **Laboratórios** e **Unidade de Memória** instalados nas escolas sede de agrupamento do concelho de Viana do Castelo, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular conferida às escolas, e do **papel da ciência** na construção do conhecimento e de metodologias ativas nos processos de ensino e aprendizagem. Paralelamente, continuaremos a investir nos equipamentos educativos, assim como daremos continuidade ao Programa de Requalificação e Modernização do Parque Escolar do Concelho, reforçando também a capacidade infraestrutural necessária para a promoção plena da **Educação Digital**. Assim, da combinação dos Planos de Atividades e Plurianual de Investimento será garantido a fatia mais elevada do Orçamento, representando **8,4 M€ (13,4%)** nas Grandes Opções do Plano (GOP's). **Cultura** - Relativamente à Cultura, a candidatura de Viana do Castelo a **Capital Europeia da Cultura 2027** permitiu a reflexão e o diálogo dos cidadãos e das instituições culturais, na construção de um projeto comum mobilizador, que sintetizamos no lema **VIANA, MAR DE CULTURA**, que exprime todo o nosso potencial. Para além da elaboração de uma estratégia de desenvolvimento, alavancada pela cultura, esta candidatura permitiu criar uma consciência estratégica nos atores, predispondo-os a encetar um trabalho colaborativo, articulado e inclusivo, aberto à inovação e à mudança, com vocação e dimensão europeias, que será potenciado pela **criação e instalação do Conselho Municipal da Cultura**. Este projeto coletivo é a força motriz para integrar a oferta cultural no desenvolvimento de soluções urbanas sustentáveis, para a qualificação dos nossos agentes culturais, para estimular a criação artística e cultural, para fazer desta cidade um espaço de diálogo entre culturas, e de educação para uma cidadania, comprometida com a diversidade e aberta à afirmação da nossa dimensão europeia e internacional. Para além da aposta numa oferta cultural diversificada, com uma programação que associa formas de expressão tradicionais com outras mais contemporâneas, pretendemos ainda: 1. **Criar** um programa de **descentralização cultural nas freguesias** do concelho; 2. **Reforçar o programa de apoio à valorização do património histórico e religioso nas freguesias**, apostando na reabilitação destes edifícios, e potenciar o Turismo no âmbito do Caminho Português da Costa; 3. Implementar o Programa **“Embaixadores da Cultura Vianense”** visando a retoma da atividade de Grupos Folclóricos e Bandas Filarmónicas (apoio ao nível das infraestruturas, realização de atividades e deslocações para atuações fora do concelho); 4. Projetar os principais eventos culturais, reforçando a sua atratividade e relevância para a dinamização cultural, económica e estratégica de desenvolvimento do concelho. O ano de 2022 **marcará o início de um ciclo de investimentos materiais e imateriais** que pretendemos consolidar ao longo dos

anos seguintes, resultando num esforço superior a 4,4 M€ (7,1%) nas Grandes Opções do Plano (GOP's).

Desporto e Lazer - Viana do Castelo tem como ambição ser "**Cidade Europeia do Desporto 2023**", com o propósito de projetar a cidade no plano nacional, europeu e internacional como referência na área do desporto e do bem-estar. Somos um concelho que vive e respira desporto, resultado de uma extensa rede de clubes, associações e coletividades e, por isso, a visão do Município passa necessariamente pelo estímulo da prática desportiva formal e informal, investindo, nesse sentido, na formação de atletas, em técnicos e dirigentes, bem como no incentivo de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, promovem a prática desportiva, levando a bandeira de Viana do Castelo a todo o mundo. É objetivo do Executivo envolver e mobilizar a população vianense na promoção de uma filosofia de coesão em prol desta candidatura a "**Cidade Europeia do Desporto 2023**". Acreditamos que esta distinção nos incentivará a investir na priorização da política desportiva municipal, contribuindo para aumentar o número de praticantes de atividade física e conquistando melhores condições para os nossos atletas. Para isso, contamos com o envolvimento e participação ativa de todos os vianenses, atletas, clubes e associações na candidatura de "**Viana do Castelo Cidade Europeia do Desporto 2023**", difundindo o espírito de Viana do Castelo como uma Cidade Europeia do Desporto, que trabalha a inclusão das classes socialmente desfavorecidas e das pessoas com deficiência. Pretendemos que a candidatura seja um impulso para que, em espírito de união e mobilização com todas as coletividades e comunidade, continuemos a investir na formação das crianças e jovens, no acompanhamento dos seniores, estimulando o bem-estar físico e mental dos cidadãos de todas as idades e classes sociais, assegurando acima de tudo, a promoção e o desenvolvimento do **Desporto para Todos**, conforme estabelecido na Carta Europeia do Desporto para Todos. O Executivo pretende também potenciar as infraestruturas naturais de que o concelho dispõe, através da implementação de uma **ESTRATÉGIA MUNICIPAL PARA O DESPORTO DE NATUREZA**, consolidando a estratégia implementada nas Náuticas e consolidando outras atividades desportivas de natureza. Desta forma, procuraremos reforçar as **INFRAESTRUTURAS DE DESPORTO DE NATUREZA (Outdoor)**, posicionando Viana do Castelo como destino de referência, capitalizando as condições naturais de mar, rio, vento, monte, praias e costa atlântica de excelência e requalificada. Daremos também continuidade à requalificação das infraestruturas existentes e iniciaremos a **CONSTRUÇÃO DA CIDADE DESPORTIVA**, criando um corredor verde desportivo entre a Praça Viana e o Complexo Desportivo Manuela Machado, dotando-o de infraestruturas de desporto e lazer. Outro dos desígnios do Executivo é criar condições para o **AUMENTO DA PRÁTICA DO DESPORTO ADAPTADO** através de protocolos entre o Município e os clubes para que criem secções de desporto adaptado, através da reestruturação e apetrechamento das infraestruturas desportivas. Pretende-se, ainda, aprofundar o **APOIO AO RENDIMENTO DESPORTIVO** através da criação de uma Unidade de Apoio de Alto Rendimento na Escola, em parceria com os Agrupamentos Escolares, e da criação do Gabinete de Otimização do Treino Desportivo, em parceria com o IPVC. **Saúde** - As consequências da COVID-19, doença qualificada pela

Organização Mundial da Saúde como pandemia internacional, continuam presentes. As respostas do município, em articulação com os mais diversos agentes de proteção civil, agentes sociais e da saúde, permitiu aumentar a resiliência para fazer face a esta pandemia através da implementação de uma série de medidas que permitiram combater e mitigá-la: (i) **Testagem Covid19**; (ii) **Unidade de Apoio Covid19**; (iii) **Apoio para a aquisição de equipamentos e implementação do Centro de Vacinação**; (iv) **Reforço dos cuidados domiciliários**; (v) Apoio nos transportes, entre outras. O combate à pandemia não cessou, por isso, continuaremos a apoiar as populações, a implementar incentivos e apoios a entidades como a Cruz Vermelha, Bombeiros Voluntários e Instituições Particulares de Solidariedade Social. Neste sentido, os apoios incluirão a **disponibilização de testes, equipamentos de proteção individual e apoios às IPSS's** para aquisição de equipamentos de proteção individual, entre outros. **Asseguraremos**, sempre, que todos os cidadãos tenham **acesso a serviços de saúde de qualidade, independentemente** da sua **condição económica** e do **local onde residam**, bem como a **equidade na distribuição dos recursos**. A existência de inúmeros determinantes da saúde que podem influenciar a saúde das pessoas e das comunidades pressupõe uma perspetiva holística da saúde. A temática dos ambientes e estilos de vida saudáveis está fortemente associada aos fatores que mais influenciam a saúde: fatores comportamentais e de estilo de vida, genética, nível socioeconómico, educação, fatores geográficos ou ambientais, económicos, sociais e culturais, tipo e qualidade dos serviços de saúde prestados. As intervenções desenvolvidas no quadro deste domínio estratégico visam, a montante, promover a prevenção de doenças e a adoção de estilos de vida saudáveis, e a jusante, melhorar a resposta do SNS às necessidades dos cidadãos (aumentando a qualidade da prestação de serviços e a abrangência da provisão de serviços), mas também torná-lo mais resiliente, conjugando respostas urgentes com o normal funcionamento do sistema, capaz de se adaptar às mudanças estruturais (e.g. envelhecimento da população) e, em simultâneo, resistir às pressões conjunturais (e.g. atual situação vivida com a pandemia). Por conseguinte, é uma prioridade não só apostar fortemente na saúde preventiva, na literacia em saúde e na proteção dos que não estão doentes, mas também dotar o sistema de saúde municipal de instrumentos tendentes a incrementar a capacidade de responder melhor e, de forma mais adequada, às necessidades e expectativas dos cidadãos, de se renovar e reorganizar e, simultaneamente, de reduzir as desigualdades, promovendo a acessibilidade, a proximidade, a equidade e a universalidade no acesso à saúde. Desta forma pretendemos: 1. **Definir e implementar** uma **Estratégia Municipal da Saúde**, com destaque para a temática da saúde mental, que garanta a criação de respostas residenciais na comunidade, assim como a implementação de um programa de apoio ao cuidador informal; 2. **Qualificar** as **instalações** e os **equipamentos** de saúde existentes, adaptando estes equipamentos aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde, assegurando melhores condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais, incluindo, em articulação com a ULSAM, um programa para requalificação e ampliação do hospital distrital, que garanta ganhos na qualidade dos serviços prestados e a implementação de novas

valências/serviços de saúde; 3. Aumentar a capacidade de resposta na prestação de cuidados de saúde de proximidade com a **construção de 3 novas Unidades de Saúde** (Unidade de Saúde da Meadela, Alvarães e Litoral Norte - Afife, Carreço e Areosa); 4. **Implementar** um conjunto de projetos que visem a promoção de estilos de vida saudáveis; 5. Criar, em parceria com os cuidados primários da ULSAM, uma unidade de investigação, inovação e desenvolvimento para os cuidados de saúde na comunidade. **Coesão Social e Juventude** - A Coesão Social assume-se como uma das traves mestras das políticas adotadas pelo Executivo, pelo que o investimento na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos é absolutamente fundamental para um concelho socialmente justo e equilibrado. A rubrica da Coesão Social é uma vez mais reforçada, assumindo um papel de grande destaque no apoio às **Instituições de Solidariedade Social**, pois estas são os verdadeiros atores locais no combate às desigualdades sociais e no apoio às famílias em todas as faixas etárias. Com um investimento aproximado de **3 M€**, pretendemos dar continuidade e reforçar o espaço de atuação da Rede Social de Viana do Castelo, através dos parceiros do Conselho Local de Ação Social, reforçar o investimento nos equipamentos das IPSS, e no apoio direto às famílias com o programa **“Mais Família”**, que será constituído por um conjunto de ações e medidas de apoio à família, nomeadamente aumento de vagas nas creches, apoio à natalidade e outros. Com a conclusão do **Diagnóstico Social de Viana do Castelo** e do **Plano de Desenvolvimento Social**, documentos orientadores de toda a ação a desenvolver no Município, uma vez que integra um conjunto de projetos de acordo com as necessidades identificadas ao longo destes últimos dois anos, ficarão reunidas as condições para a consolidação das políticas públicas municipais no domínio social. No plano da ação, a população migrante continuará a ser apoiada através do **CLAIM** - Viana do Castelo e do **Plano Municipal para Integração de Migrantes**, tendo como objetivo alargar as respostas de apoio e orientação à comunidade migrante. Viana do Castelo **contará** também, a partir de janeiro, com uma **equipa de mediadores interculturais** que assumirão um papel fundamental neste apoio e orientação direta. Será, também, um ano exigente, resultado do processo de descentralização e respetiva conclusão, transferindo um conjunto de competências como o **Serviço de Apoio e Acompanhamento Social** e os protocolos de **RSI**, até agora geridos pela Segurança Social, implicando um aumento de recursos humanos associados e de respostas sociais prestadas pelo Município. **Continuaremos** a garantir um conjunto de **acordos e protocolos com as nossas IPSS's**, para que se mantenham com capacidade de intervenção e resposta às necessidades identificadas e urgentes da população, garantindo a sua viabilidade e sustentabilidade, em articulação com a Rede Social de Viana do Castelo, que será o motor para que todos estes apoios possam ser concretizados, **posicionando Viana do Castelo como um concelho socialmente ativo** e onde as desigualdades sociais são cada vez menores. O **investimento nas políticas de juventude** tem-se alicerçado numa clara resposta às necessidades identificadas pelos jovens, sendo estes parceiros e interlocutores do Município com vista à **estabilização** de uma **Política Municipal de Juventude**. É um crescimento conjunto e diário que visa garantir uma efetiva correspondência entre as necessidades sentidas pelos jovens e as

políticas de juventude a ser implementadas no território. Com um orçamento aproximado de **200 mil €**, potenciaremos a auscultação dos jovens, através do **Conselho Municipal da Juventude** e do **Gabinete da Juventude**, no qual proporcionaremos um atendimento personalizado, ouvindo, dialogando e encaminhando. Pretendemos continuar a valorizar, incorporando novos parceiros na rede e incrementando novos benefícios no **Cartão Jovem Municipal**, visto que este tem como missão facilitar a fixação e vivência dos jovens em Viana do Castelo, assumindo-se também como um veículo de informação, divulgação e promoção dos vários serviços do Concelho e do comércio tradicional local. Consolidaremos a atribuição de **Bolsas de Estudo** aos alunos matriculados ou inscritos no 1.º ciclo do ensino superior, residentes no Concelho de Viana do Castelo, com o objetivo de estimular a continuação dos estudos pelos alunos com menores recursos económicos. Os projetos **Jovens com Talento** e **Jovens Empreendedores** são uma aposta ganha do Município, tendo proporcionado a criação de projetos culturais e projetos empreendedores que resultaram em postos de trabalho ao permitirem aos jovens a criação do próprio emprego. Porque consideramos importante promover as **Associações Juvenis** e os **Jovens Talentos** do concelho, manteremos a **Revista da Juventude** e o **Podcast “Juventude à Conversa”** para que seja possível a toda a comunidade conhecer e reconhecer o que de melhor se faz no território pelas mãos da juventude. Finalmente, estabeleceremos como ambição a criação de um **Plano Municipal de Juventude** para concretizar todos os pressupostos para ser uma **“Cidade Amiga da Juventude”**.

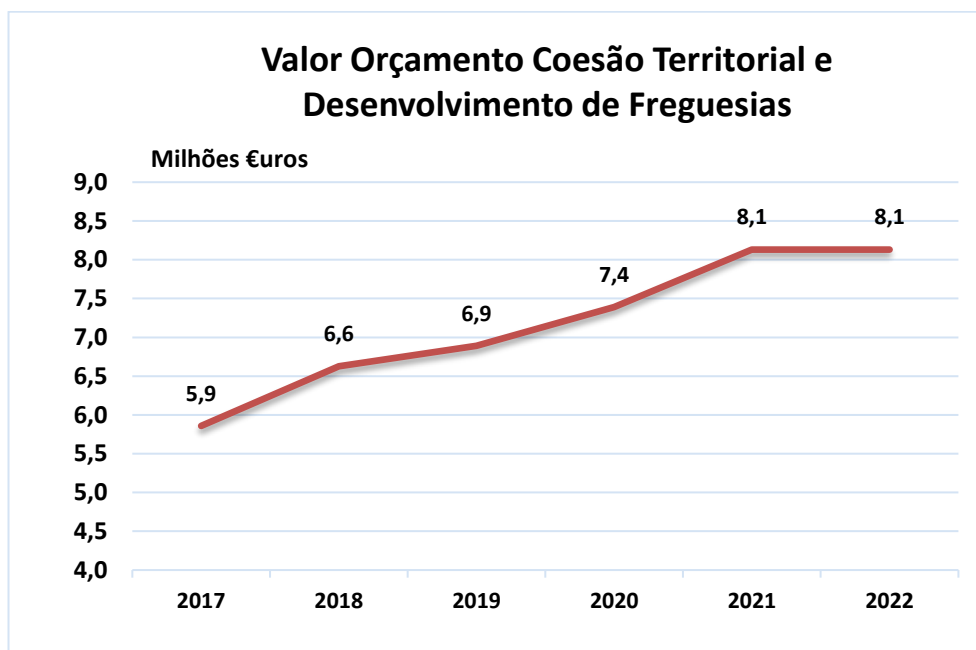
Habitação e Urbanização A habitação assume também um papel estrutural no presente orçamento, resultado da Estratégia Local de Habitação (ELH) que está a ser desenhada pelo Município e que concretizou já a sua primeira fase através do Programa 1º direito. Nesta primeira fase, durante o ano de 2020 e 2021, foram identificadas através do diagnóstico das carências habitacionais do concelho, um universo de famílias que necessitam de algum tipo de resposta. Neste sentido, elaborou-se, aprovou-se e garantiu-se financiamento para a 1.ª fase da ELH que prevê um investimento total de **27 M€ até 2026, 18 M€** a executar pelo município na requalificação do parque habitacional, construção e aquisição de terrenos e/ou habitação para responder às necessidades identificadas, assim como a construção de uma unidade de alojamento temporário para sem-abrigo. Estando em fase de conclusão a 2.ª fase da ELH, temos como objetivo adotar uma estratégia de reequilíbrio do mercado, promovendo soluções diversificadas, economicamente sustentáveis e que estimulem a oferta para todos os estratos socioeconómicos, a preços compatíveis com o rendimento dos vianenses e atrativos para novos residentes. Responderemos através de soluções concretas a uma necessidade específica dos munícipes e famílias residentes no concelho. A **Reabilitação Urbana**, através do programa PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano), permitiu operacionalizar intervenções significativas na área urbana - Darque e na UF Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela -, no valor aproximado do **18,7 M€**, nomeadamente na requalificação de espaços público, ação que gerou um efeito indutor no investimento privado na reabilitação de edificado particular. A estratégia do Executivo para a Reabilitação

Urbana no concelho disponibilizou um conjunto de incentivos, a empresas e particulares, como isenções no IMT e IMI, deduções no IRC e IRS e aplicação da taxa de IVA a 6% nas 9 Áreas de Reabilitação em vigor (ARU Alvarães, ARU Barroselas, ARU do Centro Histórico, ARU da Cidade Norte, ARU da Cidade Poente, ARU de Darque, ARU da Frente Atlântica, ARU da Frente Marítima da Amorosa e ARU da Frente Ribeirinha de Viana do Castelo). Assim, os resultados alcançados nos indicadores da Reabilitação Urbana no Concelho (mais de **1.275 edifícios reabilitados**) e o **significativo volume de investimento privado** (mais de **200 M€ nos últimos 8 anos**), mobilizam-nos para avançarmos para a delimitação de mais duas novas Áreas de Reabilitação Urbana, concretamente para Lanheses e para Vila Nova de Anha. **Desenvolvimento Económico** - É objetivo do Executivo continuar a desenvolver uma estratégia sólida de desenvolvimento e atração/fixação de investimentos âncora de referência local e internacional que consolidem os Clusters existentes, bem como atraia e fixe os emergentes, nomeadamente no domínio da Economia Azul/Economia do Mar, estabelecendo o ambiente e condições para a concretização da **Agenda2030 “Economia do Mar”** e dos seus objetivos: (i) Centro Tecnológico Internacional de Energias Renováveis Oceânicas; (ii) Plataforma Integrada de Desenvolvimento Sustentável e de Aceleração da Inovação Azul, Ancorada no Porto Marítimo; (iii) Alavanca da re-industrialização Azul Através da Construção, Reparação e Conversão Naval; (iv) Destino de Excelência de Experiências Náuticas Sustentáveis de Alto Valor Acrescentado. Aliança entre Tecnológico, Turismo, Recreio, Desporto, Educação, Literacia e Cultura; (v) Maternidade de Vida Marinha com Aquacultura e Pesca Sustentáveis e (vi) Rede de Produtores da Economia do Mar em Viana do Castelo, sobre o lema **“Retoma Através do Mar”**. As transições climática e digital oferecem-nos uma enorme **oportunidade** para que tudo aconteça e seja consequência da **adoção/incremento** de tecnologias no concelho e nos seus atores, concorrendo para um **verdadeiro território inteligente**, usando a tecnologia para incrementar **qualidade de vida**, desenvolvimento económico, sustentabilidade e, agora, resiliência que, neste momento chave de desenvolvimento e de desafios económico e social, funcionará como princípio de **acelerador** para a **transição digital** do Concelho. É fundamental estabelecer um real **Ecosistema de Inovação**, que alcance Políticas Públicas sábias e inteligentes e que garanta um **“O território encarado como um centro de facilidade, voltada para o futuro”**, que **fomente** a inclusão da atividade industrial, mas também do comércio local de proximidade que ocorra no ambiente da **economia digital**. Assim, vamos continuar a apostar nas infraestruturas que melhorem a conectividade e a competitividade do Concelho, **num esforço de investimento 4 vezes superior** ao Plano de Atividades Orçamento de 2021. **Comunicações e transportes** - Nesta rubrica destacam-se dois dos mais significativos investimentos considerados estruturantes: a **Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva** (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva) e a **Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 – Deocriste e EN202 – Nogueira**, com financiamento garantido através do PRR. A requalificação e conservação da rede viária municipal e das passagens desniveladas serão sempre investimentos necessários e importantes que teremos em conta. Salienta-se, ainda, o

investimento a realizar no âmbito da mobilidade sustentável, através do desenvolvimento de um Plano Estratégico, na consolidação das ciclovias e ecovias e em especial a travessia pedonal do rio Lima. Pretende-se desenvolver infraestruturas e o desenho urbano, designadamente na matéria dos modos suaves, dos sistemas de circulação viária e de estratégias coerentes de estacionamento, compatíveis com novas exigências quer de mobilidade, quer de qualidade do ambiente urbano, promotoras da descarbonização e humanização do território. Pretendemos promover a implementação, logo que concluído o processo concursal para atribuição de novo operacional interurbano e intermunicipal pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, para garantir o ajustamento no sistema de transportes públicos e escolares e da inter-relação entre os diversos modos rodoviário e ferroviário, em termos de rede e do seu ajustamento às especificidades locais, da qualificação dos pontos de paragem e interface e da introdução de tecnologias de suporte. **Ambiente, Qualidade de Vida e Transição Climática** - O Ambiente tem de ser visto de uma forma integrada e sustentável, que se cruza com as várias rubricas deste orçamento, sobretudo para dar respostas aos eventos ocorridos ou que possam ocorrer fruto das alterações climáticas. O bem-estar de todos, a proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas, assim como erradicação da pobreza e a promoção da prosperidade, são os objetivos de um desenvolvimento sustentável. É nesse propósito que a rubrica do ambiente se projeta, dando por isso importância à educação ambiental e aos investimentos que assegurem a estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas. Na rubrica ambiente, a aposta passa pela continuidade da importância dada ao abastecimento de águas e rede de drenagem de águas residuais e pluviais. Foram incluídos nesta rubrica os espaços florestais através do Plano Municipal de Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais em substituição do Plano Municipal de Defesa da Floresta, onde se inclui a rede de defesa da floresta contra incêndios, que integra as faixas de gestão de combustíveis, a rede de pontos de água e a rede viária florestal. A requalificação de áreas naturais, dos espaços classificados como Monumentos Naturais, Rede Natura 2000, a rede hidrográfica e margens de rios, as praias e, em particular, as potenciais áreas protegidas como Serra D'Arga, Afife e Montedor e ainda o Estuário Inferior do Lima, são domínios em que queremos particularmente investir e dar prioridade. Os equipamentos existentes e a dinamizar, como os Observatórios do Litoral Norte, o Observatório Internacional da Serra D'Arga, onde se deve realçar o Instituto Internacional de Equinologia, as Portas do Geoparque, o Parque Ecológico Urbano, assim como todos os trilhos da Rede Municipal dos Percursos Pedestres e a criação de uma rede de Miradouros e Parque de Recreio e Lazer, são investimentos a que queremos dar continuidade e valorizar, relacionando sempre o ambiente com a educação, a cultura, a saúde e o desporto. A agricultura e os espaços rurais do concelho não serão esquecidos, através do parque agrícola na área do PIERACA e de uma bolsa de terrenos. Pretende-se estimular a cultura dos terrenos abandonados e apoiar os jovens nesses investimentos, incentivando a produção local e tradicional e biológica quanto possível. No domínio das infraestruturas básicas pugnamo-nos, junto das Entidades Águas do Norte e Águas do Alto Minho, pelos

investimentos na requalificação/renovação e ampliação de redes de abastecimento de água e saneamento. No domínio resíduos sólidos urbanos, e com selagem definitiva do atual aterro em 2022, cimentaremos projetos como o da compostagem, separação e da sensibilização para a mudança de comportamento sustentáveis.

Coesão Territorial / Freguesias



Desejamos um território cada vez mais coeso, resultante de um sistema que promove a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, pelo que continuaremos a promover uma cada vez melhor articulação com as Uniões e Juntas de Freguesia, porque são os nossos agentes de desenvolvimento integrado e o garante da Coesão Territorial e Social do concelho. Assim, para continuar a garantir o desenvolvimento da Cultura e do Desporto como fatores de Coesão Social e Territorial, onde todos estabelecemos a estratégia, criamos cultura, executamos, exibimos e difundimos a nossa identidade e os nossos bens culturais, desportivos e sociais, estabelecemos **8,1 M€ (12,2%** das Grandes Opções do Plano), no Plano de Atividades Municipais para investimento da iniciativa das Uniões e Juntas de Freguesias. **Serviços e Proteção Civil** - A prioridade da ação na área da proteção civil continuará a assentar na salvaguarda de pessoas, bens e animais de companhia. Daremos continuidade ao projeto, desenho e implantação de um **Centro Municipal de Operações de Socorro**, órgão de coordenação de toda a atividade operacional de socorro e emergência, estrutura permanente e integrada que apoiará, em exclusivo, a **Comissão de Proteção Civil Municipal**. No sentido de aprofundar a capacidade de intervenção de todos os serviços, retomaremos e consolidaremos os programas de aquisição de veículos operacionais, de formação e o aumento do efetivo, garantindo a capacidade de operacionalização de todas as saídas de emergência e socorro, bem com concluiremos o Centro Municipal de Operações de Socorro, em fase avançada de construção. **Governança, Transição Digital e Inovação** - O presente que vivemos é absolutamente exigente, oferecendo-nos grandes desafios, mas também grandes oportunidades. A Economia 4.0 e a futura 5.0 (que reequilibrará a relação entre a máquina e o

Homem) contribuiu para a exponencial digitalização da sociedade e da economia, obrigando-nos a garantir uma efetiva transição digital de Viana do Castelo para um concelho mais digital e, conseqüentemente, mais competitivo e reconhecido internacionalmente. Paralelamente temos cidadãos e eleitores mais conscientes da sua corresponsabilidade sobre a “Polis” e a sua gestão, que procuram modelos e mecanismos bem estabelecidos de transparência e exigem papéis diferentes de atuação do poder público e autárquico, procurando para si uma forma própria de se relacionar com eles e indagando a promoção de mudanças disruptivas e impactantes, as quais implicam grandes transformações das políticas públicas e respetivos relacionamentos, novos modelos de administração que garantam a patilha de informação e participação social. Assumimos a digitalização como motor transversal de crescimento e inovação em todos os setores de intervenção municipal. É nosso objetivo reestruturar a instituição Município e respetiva organização, adequando-a a uma sociedade atuante e digital, garantindo uma instituição de confiança que assente a sua missão numa contínua melhoria e proximidade e que avalize uma gestão municipal aberta à sociedade e às empresas, impactando o concelho nos contextos local, regional e internacional. Assim, aproveitaremos o potencial transformador do digital para posicionar o município, nos diferentes sectores, na vanguarda do Digital e da Inovação com: 1. Instalação de incubadoras para a criatividade e arte digital, com ligação ao ensino superior, contribuindo para a afirmação de Viana do Castelo como uma “**Smart City**”; 2. Capacitação e inclusão digital, através da criação de um programa de digitalização para as escolas, criação de um programa de formação intensiva e especializada na área digital para profissionais empregados e desempregados e lançar uma **Academia Criativa** para a inclusão digital; 2. Transformação digital do tecido empresarial através da criação de um “**Digital Innovation Hub**” - redes colaborativas que incluem centros de competências digitais específicos, com o objetivo de facilitar a disseminação e adoção de tecnologias digitais avançadas por parte das empresas; 3. Promoção da transição digital do município, melhorando processos internos e apostando na desmaterialização em todas as áreas, agilizando a comunicação entre a sociedade e os serviços municipais. Finalmente, todas as opções estratégicas e ações/projetos assumidos neste Plano de Atividades e Orçamento, serão tanto mais viáveis, com a sua aceitação e aprovação pelos Órgãos Municipais (Câmara e Assembleia Municipal) e resultado de um processo de partilha e construção com os agentes relevantes do território, destacando o nosso Conselho Empresarial Estratégico, o Instituto Politécnico e todos os Movimentos Empresariais, Sociais, Cooperativos e rede de parceiros institucionais e outros que o Município integra.” E “**PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DOS SMVC PARA O ANO DE 2022** - Os Serviços Municipalizados de Viana do Castelo (SMVC) iniciam um novo ciclo de gestão (2021-2024), um novo executivo municipal e um novo conselho de administração dos SMVC. Estando em curso a conclusão do plano estratégico 2021-2030 no âmbito do Sistema Público Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos (SPMGRU), como forma de preparar o futuro neste domínio, mantendo Viana do Castelo na linha da frente dos municípios com melhores práticas e alinhado com o Plano Estratégico Nacional para os resíduos urbanos e com o plano de investimentos concretizado pelo Sistema de Gestão Resíduos Urbanos gerido

pela Resulima, será um ano de grandes desafios e de concretização de linhas estratégicas para o futuro. Continuaremos a apostar na formação e no bem-estar dos nossos colaboradores, recursos essenciais para manter o bom funcionamento dos SMVC. A certificação integral de toda a organização, nomeadamente em termos dos normativos da qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde, de responsabilidade social e investigação, desenvolvimento e inovação continuará a ser uma aposta estratégica para que possamos estar na linha da frente na altura de aceder a candidaturas para melhoria dos sistemas de recolha de resíduos e inovação através de alguns projetos piloto que estão a ser preparados. Esperança! Será uma das palavras mais utilizadas em 2022, acreditamos que será um ano de retoma a todos os níveis e um ano onde também os mais novos terão um papel fundamental na preparação de um futuro mais amigo do ambiente em Viana do Castelo. Pretendemos aprofundar a parceria com a academia, designadamente, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo e as escolas do concelho, no desenvolvimento de projetos dirigidos diretamente à gestão de resíduos urbanos, como a gamificação e o desenvolvimento de soluções informáticas que proporcionem uma gestão ainda mais eficaz. Reforçaremos as ações de sensibilização nas escolas em parceria com a CMVC, através do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA), com o objetivo de envolver as crianças e jovens na mudança ainda necessária de paradigma no que respeita à separação dos resíduos. Todo o trabalho que pretendemos fazer não seria possível sem o reforço da participação dos SMVC na rede de parcerias a que pertence, esta, é também uma aposta crucial para atingir as metas a que nos propomos, é nestes fóruns que encontramos os parceiros adequados para evoluir e partilhar o que de melhor se faz nacional e internacionalmente. Estas parcerias, nomeadamente: a **Associação de Limpeza Urbana** (Parceria para cidades + inteligentes e sustentáveis), a **Associação para a Gestão de Resíduos** (ESGRA) e a **Association of Cities and Regions for sustainable Resource Management** (ACR+), permitem-nos adquirir e partilhar conhecimento no domínio da gestão dos resíduos e da limpeza pública. Não será descurada a procura de índices crescentes de melhoria de prestação de serviços à população do nosso concelho, estes que são os parceiros de excelência dos SMVC, os cidadãos de Viana do Castelo. (a) Luís Nobre.”. Seguidamente procedeu-se à discussão dos documentos tendo intervindo os seguintes Vereadores:- PAULO VALE que referiu que o Plano e Orçamento são documentos de carácter político mas o que se espera é que sejam tão rigorosos quanto possível. Disse também que derivado da situação pandémica desde à 2 anos que assistimos a orçamentos controlados e este mantém perspectivas de despesas elevadas nesta matéria pressupondo que a pandemia irá prolongar-se ainda por muito tempo. Os projetos selecionados parecem meritórios, mas criticou o facto de o cálculo do endividamento não levar em consideração as deliberações de subsídios ou transferências para Juntas de Freguesia ou outras entidades. CLAUDIA MARINHO referiu que o Plano e Orçamento são demasiado otimistas relativamente aos valores reportados ao ano anterior e que no que toca as grandes Opções do Plano é agora

muito diferente daquelas que foram aprovadas no ano anterior. Acrescentou também que as verbas destinadas a Desporto e Lazer foram reduzidas. ILDA ARAUJO NOVO - Antes de mais, permita-me senhor Presidente que me penitencie perante a senhora Vereadora da CDU porque, por desvalorização inicial e, posteriormente, por mero esquecimento, não lhe dei a razão devida quando propôs, a seu tempo - não há tanto tempo assim -, que o prazo de entrega da documentação relativa às reuniões fosse entregue com 5 dias de antecedência dado permitir haver uma necessidade de reflexão mais aprofundada. Ora, só perante o facto do tempo escasso que tivemos para análise da documentação respeitante ao Plano e Orçamento é que me recordei não ter dado o enfase necessário a esta parte da sua proposta que, espero num futuro não longínquo, o CDS possa a secundar e possamos convencer o senhor Presidente a introduzir no regimento, um período mais alargado, ou seja, 5 dias uteis, pelo menos quando se tratar de analisar o Plano e Orçamento. Intervenção: Senhor Presidente, permita-me que diga, com toda a franqueza e frontalidade, que o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal é, em certa medida, decepcionante. Tendo presente que se trata de planos plurianuais, que agora são 5 anos, existe e constata-se a natural transição de intenções a executar ao longo do tempo. Contudo, mesmo que se considere, por exemplo, os atrasos na aprovação de candidaturas a Fundos Comunitários, os atrasos na execução de obras, os imponderáveis que impediram mesmo o seu início, ou os constrangimentos provocados pela Covid, a verdade é que a nota explicativa das situações, que são demasiadas, em que se verifica um elencar de intenções muito vagas, não substantivas e “pouco arrumadas”. E um par de imprecisões. Que gostaria que me esclarecesse ou me corrigisse. E, já agora, uma minudência, como poderá considerar: tendo presente o formato do ano transato - que melhorara, e muito, o do ano anterior -, a forma escolhida para a apresentação diminuiu a facilidade da sua leitura e apreensão. Continuando. 1ª imprecisão e que importa corrigir: Logo no início, no enquadramento, afirma-se que a dissolução da AR impede a activação dos diversos instrumentos financeiros europeus (PT2020, PRR e o PT2030) quando de facto pode, sim, atrasar a sua execução mas não a activação. Alguns exemplos: **Na Educação** - A prioridade de elaboração de um Projecto Educativo Municipal, Independentemente do seu objectivo, primeiro realça “(...) reforçar os impactos dos projectos de desenvolvimento curricular existentes”. Pergunto: Que impactos? E em quê? Como? Não se explica, não se concretiza. Vago. Abstracto. Quando se refere a

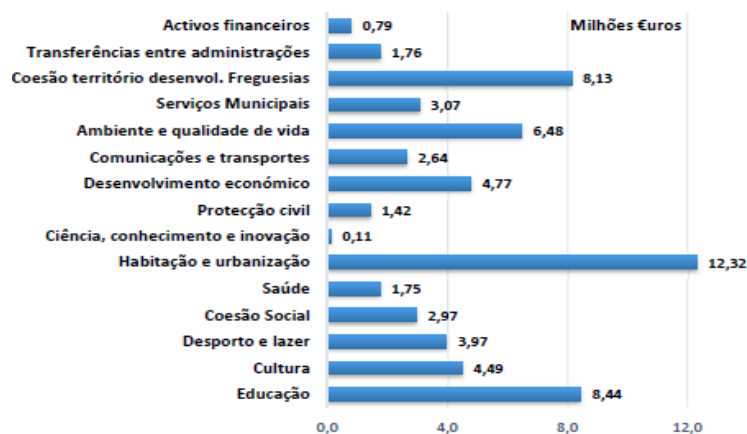
continuidade do programa de Requalificação e Modernização do Parque Escolar do Concelho, verificamos que, lamentavelmente, não se menciona qualquer intenção de intervencionar a Escola que o CDS sugeriu merecer uma atenção redobrada, a EB-2,3 da Abelheira, que, como realçámos, trabalha a sua oferta de Educação Inclusiva em condições deploráveis, indignas até. 2ª imprecisão e corrija-me se me engano na interpretação: A menção de que a Educação é a fatia mais elevada do Orçamento nas Grandes Opções no Plano não parece correcta. Da página 38 do Orçamento retira-se que o peso relativo da Educação, que é de 13,38%, é substancialmente inferior ao previsto para a Habitação e Urbanização, que atinge os 19,51%. **Na Cultura** - Lê-se: “O ano de 2022 marcará o início de investimentos materiais e imateriais que pretendemos consolidar ao longo dos anos seguintes”. Sem mais?! Mas quais? Exemplos? Não há nem um? **No Desporto e lazer** - Quando se afirma que através de uma Estratégia Municipal para o Desporto de Natureza se pretende “consolidar a estratégia implementada nas Náuticas e consolidando outras actividades desportivas de natureza”. Querem dizer no âmbito da Natureza? Que outras actividades são? Também dizem que pretendem criar “um corredor verde desportivo entre a praça Viana e o Complexo Desportivo Manuela Machado”. De que forma, através de que espaços? Qual o trajecto? **Na Saúde** - Preconizam-se uma série de apoios - que não se questionam - para combater a Covid. Mas depois surge a referência a “Apoio nos transportes, entre outras”, Entre outras? Quais? Ou exemplificam ou não deveriam usar esta expressão pois “não vale tudo”... O mesmo sucede quando se mencionam “apoios às IPSS’s para aquisição de equipamentos de protecção individual, entre outros”. Não deveria ser apoio financeiro!?! E “entre outros”, outra vez? Logo a seguir vem um parágrafo muito confuso, com repetição de conceitos e pressupostos, que parece apenas pretender salientar - e aqui bem -, no parágrafo seguinte, a prioridade na saúde preventiva. Mas assim sendo esse parágrafo anterior, é inútil. Por outro lado, declarar a intenção de “implementar um conjunto de projectos que visem a promoção de estilos de vida saudáveis”, não chega. Quais projectos? **Na Coesão Social e Juventude** - Exemplifica-se, desta feita bem, o que se pretende, apesar de também surgir novamente a expressão “e outros”. No entanto, os novos benefícios do Cartão Jovem Municipal não são referidos. Abreviando. **Nas Comunicações e Transportes** São referidas passagens desniveladas, a requalificar e conservar, pelo que, subentende-se, haverá algumas em mente. Quais? Há necessidade, prioridades já identificadas? Para terminar. **Foi um gosto poder ler** que “temos cidadãos e

eleitores mais conscientes da sua corresponsabilidade sobre a “Polis” e a sua gestão (...), que implicam grandes transformações....nos respectivos relacionamentos ... que garantem a partilha de informação (...). Na minha modesta opinião, esta partilha de informação, contradiz a decisão aprovada pela maioria de não permitir a gravação e a transmissão online das reuniões camarárias, mas acredito que lá chegaremos. Concluindo. Tudo somado, não vislumbramos razões suficientes e ponderosas para apoiar o Plano de Actividades em apreço, que se revela ser pouco mais que um plano de intenções. Não nos revemos na ligeireza e vacuidade da apresentação de algumas das propostas vertidas na nota explicativa. Não podemos votar favoravelmente, dada a incerteza que decorre de um Plano de Actividades que não evidencia nem concretiza um verdadeiro conteúdo e não inclui formas de realização. Assim sendo, o CDS abstém-se na votação do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal para 2022. Já no que respeita ao Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados, o CDS vota favoravelmente. Contudo, entendemos que deveria ser melhorada a redacção e pontuação de algumas afirmações. EDUARDO TEIXEIRA questionou a razão porque a dotação da verba para aquisição de bens e serviços externos afetos à presidência é de mais de dois milhões de euros. Referiu também que a Câmara Municipal deveria centrar-se no aumento do poder de compra e no apoio em geral aos vianenses. Finda a discussão e analisados todos os documentos, procedeu-se à votação tendo-se obtido o seguinte resultado:- 5 votos a favor 2 votos contra e 2 abstenções, pelo que foi deliberado propor os referidos documentos à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com as disposições conjugadas do artigo 33º, número 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua actual redacção e do Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na acta, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de actas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Manuel Vitorino, Carlota Borges, Ricardo Rego, Fabíola Oliveira os votos contra dos Vereadores Eduardo Teixeira e Paulo Vale e a abstenção das Vereadoras Ilda Araújo Novo e Cláudia Marinho. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:- **“DECLARAÇÃO**

DE VOTO DO PSD – Na sequência reunião de 14 de Dezembro de 2021 da Câmara Municipal de Viana do Castelo e relativamente à apreciação do ponto n.º 6º da Ordem de Trabalhos (OT) – **Plano de atividades e orçamento da CMVC e SMVC - 2022**, no que se refere à análise do documento e votação dos Vereadores do PSD, cumpre-nos dizer o seguinte: Relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento, além de se tratar de um documento eminentemente político assente numa estratégia delineada pelo Executivo para o Município, em muitas das situações não passa de um plano de intenções consubstanciado em projetos e programas de ação, que se não forem devidamente ajustados a um rigoroso cabimento orçamental e a um grau elevado de previsibilidade das despesas e das receitas, dificilmente passarão de intenções e, por isso, só servirá para iludir os incautos ao prometer a “lua no fundo do poço”. Nesse sentido o Orçamento Municipal deve ser um instrumento rigoroso de Gestão assente num elevado grau de previsibilidade quer das receitas quer das despesas, que permita com elevada fiabilidade executar as atividades ao longo do exercício. Pelo que se torna evidente que o documento inicial do Orçamento, analisado, discutido e aprovado pela Assembleia Municipal deva ser respeitado, sendo uma ferramenta importante de avaliação do Órgão deliberativo perante o grau da sua execução. A classificação de um mau orçamento é aquela a que obriga a várias revisões orçamentais que, apesar de consignadas na Lei, deverão ser restringidas ao estritamente necessário e devidamente fundamentadas de forma a não desvirtuar as metas e os objetivos que levaram à aprovação do Orçamento, sendo que o seu grau de execução é um importante instrumento de avaliação da estratégia política do Executivo. A leitura que se retira do enquadramento do Plano de Atividades e Orçamento para 2022, é da necessidade de uma maior prudência nas avaliações dos projetos e maior exigência na assertividade das opções estratégicas, o que também obriga a uma maior resiliência face às dificuldades, algumas ainda desconhecidas, decorrentes da pandemia provocada pela disseminação do vírus da SARS-CoV-2 - Covid-19, como é referido logo no primeiro parágrafo do documento «... *Nunca às políticas públicas e aos seus decisores foi imposta uma ação tão exigente, celeridade e assertividade nas opções estratégicas, orçamentais e na capacidade de decisão transversal em domínios, seja na economia, educação, cultura, saúde, coesão social e territorial e nas transições climática e digital.*». A necessidade de uma maior coerência e contenção das despesas face à previsível continuação da desaceleração da economia, fica patente logo no segundo parágrafo quando se afirma que « *A desaceleração da economia, resultante dos sucessivos confinamentos, prejudicou significativamente as receitas diretas e indiretas do Município, sendo prudente esperar um cenário semelhante para o ano de 2022 - já consumado ao nível do IVA resultante da atividade turística nos anos de 2020/21 - que deve, numa assunção responsável, influenciar a estrutura orçamental do presente Plano de Atividades e Orçamento*». A assunção de uma diminuição de receita para próximo ano no valor de 1.4 M€, referente à diminuição da atividade do Turismo, contrapõe com o otimismo relativamente ao aproveitamento da sobreposição dos quadros comunitários de apoio PT2020 e o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), no primeiro caso com o aproveitamento do “*Overbooking*” e no segundo caso com possibilidade de captação de 42 m€ até 2026

em financiamentos a 100% «... nos domínios da saúde e social, e cirurgicamente na rede rodoviária, habitação, centros de investigação e valorização do território, eficiência energética, transições climática e digital». Não retirando o mérito dos objetivos do plano nas várias áreas apontadas, como seja a saúde, a cultura e a revitalização do comércio, não se entende que se aponte como grande probabilidade de obtenção financiamento comunitário, no âmbito do PT2020 e PRR, em duas grande obras rodoviárias, Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira e a Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva), quando se diz que a aplicabilidade dos fundos comunitários serão «*cirurgicamente na rede rodoviária*». Relativamente às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022 e comparativamente com o ano de 2021, verifica-se uma tendência de continuidade na estratégia anterior.

GRANDES OPÇÕES PLANO (GOP'S)



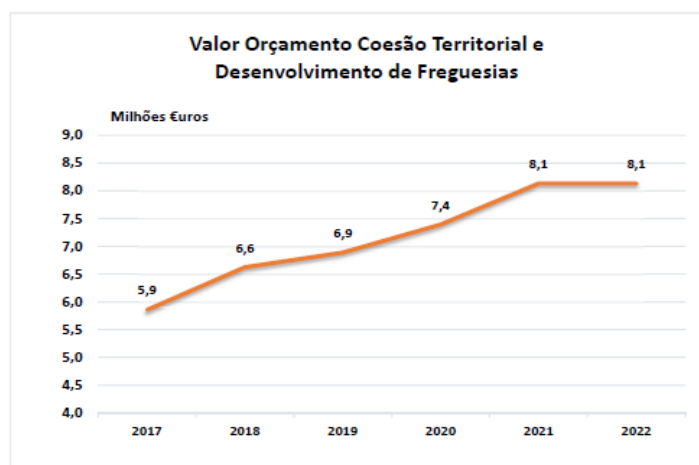
As Grandes Opções do Plano de Atividades para 2021



Verifica-se um aumento na área da habitação e urbanização e desenvolvimento económico e um ligeiro reforço na área da saúde e coesão social, com redução nas áreas do ambiente e qualidade de vida,

comunicações e transportes, proteção civil, desporto laser e cultura, com estagnação na coesão do território e desenvolvimento das freguesias.

Coesão Territorial / Freguesias



O que significa que não irá existir aumento nas transferências para as freguesias, contradizendo a argumentação utilizada da definição dos objetivos estratégicos quanto ao desenvolvimento das freguesias que, cada vez mais, são o garante da coesão Territorial e social do concelho «*Desejamos um território cada vez mais coeso, resultante de um sistema que promove a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, pelo que continuaremos a promover uma cada vez melhor articulação com as Uniões e Juntas de Freguesia, porque são os nossos agentes de desenvolvimento integrado e o garante da Coesão Territorial e Social do concelho*». Quanto aos Pressupostos de Execução Orçamental para 2022, mantemos a reserva quanto à Margem de Endividamento do Município, que está assente na contabilização da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais que não nos parece real, pela análise empírica que fazemos não nos parece estar contabilizada a dívida assumida pelas freguesias através das famosas “deliberações”. Genericamente o orçamento apresenta valores globais idênticos aos apresentados no orçamento de 2021, ou seja, o rigor, a exigência e a contenção face à incerteza económica que está patente no preambulo do enquadramento do plano de atividades, esvazia-se na apresentação de um orçamento para 2022 com uma diferença de apenas 8.500€ face ao orçamento de 2021.

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2022

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	63.158.311,45	Correntes	55.693.279,08
De capital	45.120.170,66	De capital	52.585.203,03
Outras			
Total	108.278.482,11	Total	108.278.482,11
Serviços Municipalizados	5.258.670,00	Serviços Municipalizados	5.258.670,00
Total Geral	113.537.152,11	Total Geral	113.537.152,11

Face ao exposto e dado que se trata de um orçamento idêntico ao de 2021 onde foram necessárias três revisões orçamentais para aproximar os valores previsionais à execução do Plano de Atividades, facto que indicia a continuação da falta de rigor na presivilidade dos valores da receita e da despesa, denotando falta de estratégia quanto à programação das atividades a desenvolver e na sua adequação às necessidades previstas para ano de 2022, antecipando-se desde já, o recurso a operações de “cosmética” para ajustar o níveis de execução orçamental ao longo do anos de 2022. Porque o Plano de Atividades e Orçamento deve ser um documento essencial na gestão do Município e, por isso, ser imprescindível imprimir maior rigor e objetividade na programação das atividades e não um plano de intenções investido de retórica que não responde aos interesses e anseios do Vianenses, pelo que os Vereadores do PSD votaram contra o Plano de Atividades e Orçamento para 2022. (a) Eduardo Teixeira; (a) Paulo Vale.”.

“DECLARAÇÃO DE VOTO DO CDS/PP – O Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal é, em certa medida, decepcionante. Tendo presente que se trata de planos plurianuais, que agora são de 5 anos, existe e constata-se nos seus objectivos, com que se concorda, a natural transição de intenções a executar ao longo do tempo, nomeadamente considerando os eventuais atrasos na aprovação de candidaturas a Fundos Comunitários, ou os atrasos na execução de obras, ou os imponderáveis que impediram mesmo o seu início, ou os constrangimentos provocados pela Covid. Contudo, a verdade é que na nota explicativa das Grandes Opções do Plano, surgem demasiadas afirmações, em que se verifica um elenar de intenções muito vagas, não substantivas e ideias até “pouco arrumadas”, num documento desta importância. Não vislumbramos razões suficientes e ponderosas para apoiar o documento em apreço, que se revela ser pouco mais que um plano de intenções imprecisas, ou seja, não nos revemos nalguma ligeireza e vacuidade da apresentação de parte das propostas inclusas. Consequentemente, não podemos votar favoravelmente, dada a incerteza que decorre de um Plano de Actividades que não evidencia nem concretiza um verdadeiro conteúdo e não inclui formas de realização claras. Assim sendo, o CDS abstém-se na votação do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal para 2022. Já no que respeita ao Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados, o CDS vota favoravelmente. (a) Ilda Araújo Novo.”. e **“DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU** –

A situação que ainda estamos a viver, decorrente do surto epidémico, confirma a nossa visão sobre o papel do Poder Local Democrático e no papel determinante que este tem na capacidade de resposta aos problemas do concelho. Não podemos deixar ainda de referir e reforçar, que o processo de transferência de competências, em que o PS se juntou ao PSD (ou vice-versa), veio fragilizar ainda mais o poder local e desresponsabilizar o estado de funções bastante relevantes e essenciais no estado central. Tem sido diversa a produção legislativa decorrente do surto epidémico, abrangendo muita dela as autarquias locais, valorizando muitas destas medidas legislativas com implicações em diversos domínios, estas poderão ser

essenciais para a resposta à população, mas em contrapartida podem ser também destrutivos para as autarquias. Algumas destas medidas adotadas surgiram com base em propostas apresentadas pelo PCP, outras há, no entanto, que mereceram a nossa oposição e que não asseguram o normal exercício de competências de cada um dos níveis de administração ou que distorcem o fim de instrumentos de gestão financeira já existentes. Tem-se vindo a abrir espaços para que as autarquias locais assumam intervenções que devem ser assumidas pelo governo não sendo possível ainda determinar o impacto financeiro decorrente da situação. A CDU, já em junho de 2020, alertava para o impacto social e financeiro que poderia advir e que agora vemos explanado neste Plano de Atividades e Orçamento para 2022, que passo a referir: ⇒ O aumento geral da despesa corrente; ⇒ A tendência para assumir encargos e responsabilidades que não são da administração local, nomeadamente a nível das medidas de prevenção e de combate ao surto epidémico, das respostas sociais e de uma intervenção desproporcionada no apoio às empresas e o comércio tradicional; ⇒ A diminuição de impostos municipais, como é o caso do IMT e de uma previsível quebra na receita de IMI como se verificou; ⇒ A médio prazo e fruto da situação anterior, a diminuição da capacidade futura de endividamento decorrente da redução global das receitas correntes. ⇒ Também a médio prazo e em virtude da redução da cobrança de IVA, IRC e IRS, uma diminuição na participação nos impostos do Estado; ⇒ Um previsível regresso de medidas de contenção financeira tomadas pelo governo e pelo Estado, com reduções extraordinárias da participação nos impostos do Estado; ⇒ Em termos financeiros, acresce a estas situações o facto de estarmos a entrar num processo de transição entre dois períodos de programação comunitária, cuja definição concreta se vai atrasar em função da necessidade de discutir a reafectação de recursos, o que vai ocasionar dificuldades na obtenção de fundos para investimentos municipais. Dado continuarmos a não ter, por parte dos Senhores Vereadores com pelouros, informação concreta sobre os problemas com que se debatem nem sobre os caminhos que se propõem trilhar para os resolver, basearemos a nossa análise no volume das verbas orçamentadas quer para as receitas quer para as despesas e, sobretudo, nas verbas orçamentadas para o desenvolvimento das Grandes Opções do Plano para 2022. Da análise, essencialmente política, que nos compete fazer, destacamos do quadro 1 (Receitas): 1- Devido aos efeitos na economia local e nacional provocados pela covid 19, já foram votadas duas propostas de redução dos orçamentos aprovados. Apesar de se terem votado essas duas enormes reduções nos últimos dois anos, apresenta-se um orçamento otimista fase a 2022, com menos 8.488€ do que anterior. Apetece dizer que “antes da vontade deve imperar a razão” com uma redução no apresentado. 2- Prevê-se um aumento de 1.922.003€ nas despesas corrente e pelo contrário uma diminuição de 1.922.003€ nas despesas de capital, que poderá ser enormemente maior se se tiver de aprovar nova redução do orçamento no final do ano.

Quadro1 – Receitas

Dotações iniciais			
Receitas	Montantes		
Receitas correntes	2022	2021	
Impostos diretos	23.343.812,74	+649.652€	
Impostos indiretos	342.418,55	-108.586€	
Taxas, multas e outras penalidades	1.065.829,84	+163.053€	
Rendimentos de propriedade	18.848,75	-1.266.00€	
Transferências correntes	29.995.706,94	+1.088,666€	
Venda de bens e serviços correntes	7.174.625,55	+1.369,€	
Outras receitas correntes	1.217.069,08	- 4.236,00€	
Total das receitas correntes	63.158.311,45	+1.925.996€	
Receitas de capital			
Venda de bens de investimento	547.230,22	-142.324€	
Transferências de capital	32.098.499,32	+2.417.673€	
Ativos financeiros	1.000€	igual	
Passivos financeiros	12.223.441,12	-4.201.833€	
Outras receitas de capital	250.000,00	igual	
Total das receitas de capital	45.120.170,66	-1.934.485€	
Totais gerais	108.278.482,11	-8.488€	

No que concerne às verbas orçamentadas e às prioridades definidas na Estrutura das Grandes Opções do Plano, explanadas no quadro2 – GOPs – Grandes Opções do Plano

Quadro 2 . GOP

Pelouros	2021	2022	Diferenças observadas
Habituação e Urbanização	10.620.998,65	12.315.209,19	
Cultura	10.000.220,13 (cultura, desporto e lazer)	4.490.124,86	-1.543.940€
Desporto e lazer		3.966.156,78	
Coesão Territorial/Des. Freguesias	8.130.740,00	igual	
Ambiente e Qualidade de Vida	7.239.306,99	6.483.479,59	-755.827€
Educação	8,890,833,18	8.444.242,26	-446.591€
Comunicações e Transportes	5,448.306,21	2.638.000,00	-2.810.36€
Serviços Municipais	3.262.340,43	3.070.741,02	-195.599€
Coesão Social	2.735.535,89	2.972.000,00	+236.468€
Transferências entre Administrações	2.158.158,80	1.756.158,80	-402.500€
Ativos Financeiros	1.530.036,03	791.364,70	-738.672€
Desenvolvimento Económico	1.762.579,56	4.774.000,00	+3.011.421e
Proteção Civil	1.591.608,47	1.420.844,22	-170.764€
Ciência, Conhecimento e Inovação	513.824,85	110.650,00	-403.174€
Saúde	748.551,74	1.748.704,05	+1.000.153€
Totais	64.633,037,93	63.112.415,47	-1.520.622€

1 - Pela primeira vez, um valor inferior ao previsto para o ano de 2022, de 1.5520.622€; 2 - Ciência, conhecimento e inovação, apenas com 21,5% do orçamentado no ano de 2021; 3 - Cultura com menos

1.543.941€ do que o orçamentado no ano de 2021; 4 - Comunicações e transportes, menos 2.810.301€ do que orçamentado em 2021; 5- Coesão territorial/desenvolvimento das freguesias com o mesmo montante do ano anterior; 6- Saúde com mais 1.000.153€ do que em ano anterior; 7- Desenvolvimento económico com mais 3.011.421€ do que o ano de 2021. Das opções apresentadas pelo executivo em maioria PS a reflexão leva-nos a questões sobre o bem estar da população do concelho de Viana do Castelo. É o caso da mobilidade onde o investimento é bastante inferior ao ano transato. Como podemos falar em desenvolvimento se as ligações entre freguesias e por sua vez com o concelho ou até mesmo distrito são meramente operações cirúrgicas em ambulatório? Desenvolvimento territorial e desenvolvimento económico estão interligados e não alienados um do outro, tal como a cultura está ligada ao desenvolvimento de um concelho e da sua população. Até para a cultura existe um decréscimo para o seu desenvolvimento expressivo numa altura em que tanto precisa de ser apoiada. Na educação observamos que cada vez mais é exigido mais e melhor mas com menos. Isto leva-nos a reforçar o que temos dito sobre a maleabilidade e o processo errôneo que foi e é a transferências de competências para as autarquias. O estado demite-se da sua responsabilidade e coloca estas grandes responsabilidade nos municípios, apraz-nos dizer “salvem-se como puderem”. A educação é fundamental e essencial no desenvolvimento das pessoas. O desenvolvimento tem de ser global e não fracionado sem desenvolvimento global a evolução é meramente estética e residual. Continuamos a questionar este executivo em maioria se as verbas, provenientes do Poder Central, dão cobertura à transferência de competências. Assim, e do resultado dos contactos diretos com a população ao longo deste mandato, os representantes dos eleitos da CDU-PCP/PEV nos órgãos municipais (Câmara, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia) continuam a apresentar e a defender algumas propostas que visavam, sobretudo, melhorar as condições de vida em Viana do Castelo e contribuir para o bem-estar da sua população. Dentro dessa série de propostas, destacamos com maior relevo: - **Proporcionar em parceria com a ULSAM** uma descentralização das respostas integradas de especialidade (oncológica e de cardiologia) para um edificio exterior à unidade de saúde local, promovendo melhores cuidados de saúde em áreas que requerem maior especialidade e maiores cuidados. - **Acrescentar, no prolongamento da ligação da Ciclovia Litoral que irá ligar Caminha, Viana e Esposende**, a (re)construção de uma travessia pedonal e clicável sobre o Rio Lima; - **Assegurar um sistema eficaz de transportes públicos** permanentes que garanta ligações; - **Assegurar os mini autocarros** no circuito urbano alargando o seu itinerário entre todas as freguesias do concelho e polos industriais; - **Negociar com o Governo a abolição imediata do pórtico do Neiva** e reverter o processo das portagens na A28. - **Criação do Museu de Ciência e Investigação ligado ao mar**; - **Proporcionar a construção de um centro de treino** para desportos da natureza, trail e trial bike; - **Promover a “Arte saiu à Rua”** - **Incentivar a criação** de uma oferta permanente de creches no concelho. E entre outras das nossas propostas. A construção de um Plano de atividades e orçamento, não é tarefa fácil, bem sabemos, mas quando olhamos para o documento aqui apresentado, ficamos com a sensação de que estamos perante uma oportunidade perdida. Uma oportunidade perdida,

da maioria PS no executivo, mostrar que está disponível para ouvir e poder adotar algumas das propostas, que a oposição possa ter que melhorem o orçamento. Mas não, ao contrário de bons exemplos da gestão autárquica, onde se fazem reuniões ao abrigo do estatuto do direito de oposição, e se englobam algumas das propostas da oposição no documento final, a maioria absoluta deste executivo não deixa que tal heresia possa acontecer. Ouvem-se as forças políticas, por um mero formalismo legal, pois não interessa as propostas que são feitas, o orçamento é aquilo que o PS quer e mais nada. Não interessa se são boas propostas e exequíveis, não interessa se os custos dessas propostas são residuais para o orçamento, como algumas das apresentadas pela vereadora da CDU. É certo que tem maioria absoluta e que do ponto de vista legal o podem fazer, mas não pode o presidente da câmara ficar admirado e expressar a sua admiração como expressou na reunião de câmara, quando a CDU não vota favoravelmente o orçamento. Assim, pelas razões acima expostas, apesar de encontrarmos aspetos que teremos de considerar como positivos no documento, consideramos que poderia ser feito muito mais, principalmente em áreas prioritárias, mas tal não aconteceu, pelo que a CDU irá abster-se nesta votação. (a) Cláudia Marinho.”

“DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS – Os eleitos pelo Partido Socialista, votaram favoravelmente o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022 da Câmara Municipal de Viana do Castelo e dos Serviços Municipalizados, num valor global que ascende a 113,5 milhões de euros, correspondendo 108 milhões de euros à Câmara Municipal e 5,258 milhões de euros aos SMVC. Este voto favorável, deve-se ao facto de os eleitos se reverem nas Grandes Opções do Plano e entenderem que, mesmo afetado por 20 meses de vivência pandémica, este instrumento assenta na melhor estratégia e nas melhores opções orçamentais, que são transversais a todos domínios, seja para economia, educação, cultura, saúde, coesão social e territorial e nas transições climáticas e digitais, promovendo todos os agentes económicos e sociais do concelho e consequentemente, melhorando a qualidade de vida das famílias Vianenses. Este plano reflete também, a capacidade, atual e futura, que o Município mantém na captação de Fundos Comunitários. Nas Grandes Opções do Plano, destacam-se as rubricas com Habitação e Urbanização, que ascendem a 12,32 milhões de euros, a Educação, com um orçamento de 8,44 milhões de euros e a Coesão do Território e o Desenvolvimento das Freguesias com 8,13 milhões. (a) Luís Nobre; (a) Manuel Vitorino; (a) Carlota Borges; (a) Ricardo Rego; (a) Fabíola Oliveira.”

14 de Dezembro de 2021